

## ***O Mentor das Brasileiras e a resistência feminina na ordem nacional oitocentista***

*Profa. Dra. Adelaine LaGuardia Resende  
Universidade Federal de São João del-Rei – MG*

*Resumo:* Partindo das representações da mulher presentes no periódico liberal-constitucional *O Mentor das Brasileiras*, publicado em Minas Gerais entre 1829 e 1832, este trabalho observa como o jornal articula o interesse na construção de um modelo de nação civilizada e independente à construção do gênero, o que justificará a criação de espaços de atuação distintos para homens e mulheres na esfera da cidadania. Observa-se ainda, através da leitura “a contrapelo” de relatos de reações das leitoras às críticas do jornal, notas de rodapé ou cartas de correspondentes, a resistência esboçada pelas mulheres ao jogo de forças que as situava em seus locais culturais específicos. Finalmente, apontamos, na heterogeneidade de respostas engendradas pelas destinatárias do jornal, evidências de um perfil consciente e ativo da mulher oitocentista.

### *Introdução*

No início dos Oitocentos, com a abertura dos portos e a intensificação do comércio e das importações, a moda de inspiração francesa, trazida pela aristocracia portuguesa, se torna febre nos meios urbanos brasileiros. A preocupação com o tema da moda e o luxo está presente no periódico liberal-constitucional *O Mentor das Brasileiras*, dirigido ao público feminino, que circulou na cidade de São João del-Rei entre 1829 e 1832. A presença do tema da moda no jornal, além de constituir uma estratégia “mercadológica” do jornal visando atrair o público feminino, reflete o investimento desse discurso na construção de um modelo de nação distinto de seus “Outros” (os estrangeiros) *pelo aspecto de sua exterioridade*.

Segundo Jean Franco, enquanto os moralistas viam a moda feminina como uma frivolidade, parte da intelectualidade liberal considerava-a como “signo de uma mentalidade moderna” (1994, p. 118), um domínio em que o agenciamento feminino era possível. A moda constitui então um dos primeiros sistemas significantes que só aparentemente sublinhava a diferenciação sexual. Sob esse ângulo pode-se ver a moda como tema aglutinador de um debate que envolve distintas visões de mundo, num momento em que se discutia entre nós a participação de homens e mulheres na construção de um modelo de “pátria” civilizada e progressista, nos moldes das civilizações européias.

Neste ensaio, recorte de um projeto maior de pesquisa que analisa a presença da mulher na construção de um sonho da República na imprensa brasileira Oitocentista, analisamos primeiramente como o tema da moda mobilizava não apenas o interesse político dos redatores em expressar uma identidade nacional

“autenticamente brasileira”, em contraste com a européia, mas também sua intenção de monopolizar um local da cultura onde a presença feminina se fazia sentir vigorosamente. Posteriormente, buscamos flagrar imagens e momentos que, contrariando as representações da mulher ideal veiculadas no jornal, expressam o dissenso feminino. Evidências disso surgem da leitura de algumas cartas de leitoras ou do rastreamento de relatos do impacto causado nas leitoras por certas notícias, especialmente aquelas veiculadas na seção “Modas” ou nas transcrições feitas de um outro periódico, o *Simplício*, publicado na Corte em 1831, cujo intuito, segundo informa seu redator, era: “...censurar com graça os vícios de nosso século”.

### *Deosa Caprichosa*

Segundo a visão do *Mentor*, a adesão à moda resultava da imposição cultural estrangeira, herança indesejável da monarquia européia, considerada frívola, pródiga e ociosa, sendo, portanto, um mal a ser combatido pelos cidadãos “americanos”. Isto porque a regra da moda, assentada no “capricho dos estrangeiros”, contribuía para sujeitar as famílias brasileiras ao desperdício de seu patrimônio. Assim, no apego ao luxo e à moda era diagnosticado “o primeiro móvel da ruína dos Estados”, associado ao ideário monárquico:

O Luxo he hum dos principaes agentes do despotismo; elle tem o poder de seduzir e corromper os corações, desviando dos sentimentos de virtude e de amor da Pátria, essa sublime partilha com que a natureza dotou os peitos Americanos. (*Mentor*, n.109, 1832, p. 870)

É assim, por exemplo, que o *Simplício* comenta a adesão feminina “às modas”:

Embora as filhas ignorem as cousas mais necessárias à vida, e desconheçam quaes os deveres que tem a cumprir quando Esposas e Mães; embora não aprendão a ler, escrever, contar e cozer; tudo fica bem compensado com os tregeitos no miudinho; ... e as fieiras bem puxadinhas com seos estados engraçados. O Pai que escame o peixe, que varra a casa e tome os pontos às meias, se quizer jantar, e cubrir os calcanhares, para dar tempo às Senhoras e suas filhas, de cuidarem nos adornos e enfeites que devem apparecer infallivelmente no dia seguinte! (*Mentor*, n. 60, 1831, p. 475)

Poderíamos postular, primeiramente, que a restrição à moda se deve ao receio de que, ao ser reinventada a cada nova temporada, esta facilmente ameaçaria os valores tradicionais vigentes – temor associado, portanto, ao conservadorismo do próprio jornal. A passagem revela ainda que o exercício da opinião propiciado pela moda poderia conduzir as mulheres à autonomia, sendo eventualmente capaz de ameaçar a tradicional divisão sexual do trabalho.

Já no excerto abaixo, a moda reflete a suposta superficialidade feminina:

Os homens triunfão quando discorrem sobre a sujeição das Senhoras aos decretos da Moda, e entretanto talvez que ainda mais escravizados sejam pela volúvel Deosa, e sem ter as mesmas desculpas. As Senhoras, obrigadas pela Lei da Natureza a agradar aos homens, e quasi sempre o não conseguem senão pela sua formosura e vantagens exteriores, estão na restricta necessidade de estudar os meios de relevarem a sua belleza, e de variarem os enfeites que a acompanhão, em quanto que aos homens que se appresentão na sociedade com as vantagens do valor, da sciencia, dos empregos, e da industria, nada diz também como hum modo de vestir singelo, se bem que limpo, e mal se pode conceber que a fútil occupação de aperfeçoar os seus trajés, consumindo horas e horas, combine com os estudos, e trabalhos serios, e que o Petimetre apuradinho que se meneia na rua com a cintura tão delgadinha, e o pé empresionado n'hum botinzinho bom para uma criança, venha a ser algum dia hum Cidadão corajoso e interessante. Entretanto, temos exemplos de homens grandes e heroes, que muito apuravão a sua *toilette* por tanto nos não reprehendemos tanto a sujeição dos homens às modas, como elles querem inculpar as Senhoras e às censurar da mesma fragilidade. (*Mentor*, n. 1, 1829, p.6-7)

Na passagem acima revela-se a fantasia que se constrói também em torno do homem “rigorista”, estereotipicamente representado na figura do *petit maitre* “apuradinho”. Trata-se da antítese do “cidadão corajoso e interessante” que constitui o ideal da masculinidade brasileira. Esses “bonecrinhos afrancezados”, de cintura delgadinha e com os pés calçados em “botinzinhos”, prefiguram o homem efeminado e, portanto “fraco”, para o qual não há lugar na *polis*, uma vez que esta se constrói sobre a rigorosa distinção entre os sexos e o princípio universal da heterossexualidade. Além disso, modismo é visto como um “mal” que ameaça a sociedade como um todo, não acometendo apenas as mulheres. No entanto, considera-se que a febre da moda resulta da frivolidade do sexo feminino ou de seu desejo “natural” de agradar o homem pela aparência. Este tipo de generalização, essencial ao funcionamento ideológico, deve ser relativizado à luz da reflexão de Heleieth Saffioti sobre a participação masculina na introdução de inovações culturais no País:

Pela sua imobilidade geográfica e seu universo sócio-cultural restrito, a mulher era, inegavelmente, mais conservadora do que o homem, representando, portanto, o elemento de estabilidade da sociedade. Eram os filhos e não as filhas da casa-grande, que recebiam educação na Europa e que promoviam as inovações sociais e políticas e até mesmo alterações na moda feminina. (1976, p. 173)

Como dito anteriormente, um dos pressupostos mais freqüentes sobre a mulher encontrados no jornal diz respeito à sua “natural” propensão a agradar o homem pela “formosura e vantagens exteriores”. Daí se justifica sua necessidade de valorizar a beleza e os atributos físicos. Para educá-la moralmente, o *Mentor* prescreve a “limpeza extrema” e o cuidado no trajar como elementos de conservação da saúde,

argumentando, conforme a cartilha positivista, que no asseio exterior se reflete a “pureza” d’alma. A meu ver, a moderação constitui elemento crucial no controle dos corpos femininos, supostamente propensos ao excesso, mas para os males de um investimento feminino exagerado nos aspectos superficiais da existência o jornal prescreve fórmulas de comportamento igualmente “superficiais”. Evidência disso encontra-se na passagem abaixo, onde um receituário de perfeição feminina é apresentado às leitoras, composto de trinta qualidades que traduzem o espectro da preferência masculina:

Para que huma Senhora seja perfeita em belleza, deve possuir *trinta* qualidades seguintes: a saber \_

Tres cousas brancas: a pelle, os dentes, e as mãos.

Três pretas: os olhos, as pestanas, e as sobancelhas.

Três vermelhas: os beiços, as faces, e as unhas.

Três longas: o corpo, as mãos, e os cabellos.

Três curtas: os dentes, as orelhas, e os pés.

Três largas: o peito, a testa, e as pálpebras dos olhos.

Três estreitas: a boca, a cintura, e a planta do pé.

Três grossas: os braços, as nádegas, e a barrida da perna.

Três finas: os dedos, os cabellos, e os beiços

Três pequenas: os seios, o nariz, e a cabeça.

(*Mentor*, n. 10, 1830, p. 80)

A ambivalência é elemento chave do discurso do *Mentor* – que condena a superficialidade feminina e, ao mesmo tempo, reforça-a com o rol de critérios físicos que a mulher ideal deve atender. Já o discurso sobre a moda traduz a valorização distinta dos sexos. O homem, que se apresenta na sociedade “com as vantagens do valor, da ciência, dos empregos, e da industria”, não será “tão repreendido” - tampouco prejudicado - por se sujeitar “às modas” ou apelar para os aspectos superficiais da existência, uma vez que os costumes dificilmente o colocavam em desvantagem no espaço público.

A restrição à moda tem uma razão ainda mais forte quanto mais implícita no “inconsciente político” do *Mentor*. Veja-se um indício disto na seguinte passagem: “Neste Paiz a moda, vem da França e, portanto não temos destas guias da moda, destas governadoras de bom tom, que nas outras Cortes dão leis à sociedade...”(*Mentor*, n. 1, 1829, p. 7). O alvo dos ataques à moda parece ser, afinal, a mulher francesa e o mau exemplo que esta oferece às brasileiras, uma vez que é neste domínio que se refina seu agenciamento, a capacidade de exercer o gosto pessoal, a habilidade de fazer escolhas, enfim, a tão perigosa autonomia feminina...

*Vozes Dissonantes*

A mediação do *Mentor* raras vezes permite a escuta de vozes femininas, menos ainda aquelas em dissonância com as idéias e modelos ali preconizados. Ainda assim, elas se fazem ouvir, seja através de registros esparsos ou relegados às margens textuais. Daí surgem discursos variados que refletem, em maior ou menor grau, a introjeção ou a resistência aos valores implícitos na *doxa* e no discurso do jornal. Entre os temas que mobilizam o interesse da mulher leitora deste periódico, a moda é talvez aquele que mais traduz uma visão de mundo discordante ou dissonante.

Um notável exemplo disso encontra-se registrado na coluna intitulada “São João Del-Rei”, em que o redator transcreve a conversa de duas modistas. Motivadas pela crítica mordaz do *Simplício* à sujeição feminina aos ditames da moda, as mulheres expressam sua insatisfação com o que lhes parece ser mais uma atitude de cerceamento de suas liberdades individuais:

E não teremos nos razão das censuras, que nos fazem na simples mudança das formas de nosso traje? Não gostao os homens tanto de que na Constituição do Estado tenha o Art. 174 para fazerem as mudanças que querem na forma de seo Governo? Como pois nos querem vedar, que não tenhamos também o nosso Art. 174 na Constituição das modas? Não, minha amiga, não consintamos em tal prohição; a natureza dà a todos o gênio variável; a diversidade do sexo he huma circumstancia meramente accidental; para que pois seremos nos sos censuradas de gênio vario, se esses que de tal nos censurao cahem no mesmo defeito? Reflecta se como elles procedem naquillo, que tem o império; veja se as diversas formas de governos, que eles querem estabelecer, veja se as variedades de leis que sahem dessas Assembléas; note se a multiplicadas providencias que descem dos Tribunaes, que embaraço humas as outras, e os subtidos nem sabem à quantas andao; e não poderemos nos chamar à isto também *reformas à moda, ordem à moda, e Leis da moda?* (*Mentor*, n.117, 1832, p. 922-923)

Apelando em favor da diversidade e da variedade (categorias “carnavalescas”, por excelência), a leitora inconformada recorre à mímica discursiva para subverter a lógica (igualmente volúvel) do discurso político, identificado como domínio “masculino”. O discurso feminino se constrói aqui como uma sutil recodificação que “carnavaliza” o domínio discursivo do político, na medida em que este é submetido aos padrões avaliativos próprios ao domínio da moda.

A rebeldia ou a “pirraça” é outra estratégia escolhida pelas mulheres para expressar sua discordância ao jornal. Em um caso relatado, o protesto silencioso contra o *Simplício* se encarna em um “presente” enviado à redação por uma leitora:

Há poucos dias, que veio á nossa mão hum vestido de huma Senhora, cujas mangas (de mangação) pareceo-nos recheada de coisa que parecia papel; com effeito tivemos a curiosidade de revolver a tal presuntada; mas qual não foi a nossa admiração, quando vimos que a Senhorita os fabricára mesmo das folhas do *Simplício?* (*Mentor*, n. 114, 1832, p. 894)

Entre as vozes dissonantes que raramente surgem no *Mentor*, discernimos ainda aquela de uma escrava. Apesar de ostentar uma inclinação favorável ao abolicionismo, o discurso do jornal a esse respeito se mostra tímido e a discriminação marca as referências ali encontradas sobre as identidades africanas. Por um lado, o periódico qualifica o comércio de seres humanos como uma prática perniciosa, visto que fere o direito natural; por outro, percebe na presença africana as marcas de uma inegável “barbaridade”, sendo por isso uma influência nociva à civilização brasileira:

Se a infância dos nossos Pais Portuguezes era mal dirigida, a nossa ainda he peor, pela mistura dos escravos, os quaes em todo o sentido depravao hábitos, e costumes, e o próprio idioma; pois que nos communicao suas idéas e barbaridade, desde os primeiros momentos em que se desenvolvem os sentidos e a potencias d'alma. (*Mentor*, n. 18,1830, p. 157)

De fato, na visão do jornal, o grande mal da escravidão reside no contato propiciado entre as mulheres africanas e a família brasileira. Herdeiras de uma rica tradição oral, conhecedoras dos poderes naturais das ervas e poções, dominando as artes da magia, as africanas eram vistas muitas vezes como a própria encarnação do mal, ou na melhor das hipóteses, como símbolos da ignorância e da rudeza mental de suas culturas (VAINFAS, 1997). Apesar disso ou mesmo em função disso, a mulher africana, duplamente excluída na sociedade escravocrata, desempenha ainda a função primordial de objeto na “economia sexual”. Uma vez que naquela ordem as relações sexuais entre maridos e esposas brancas visavam à perpetuação da prole, reservava-se ao senhor o direito de tomar as escravas como concubinas, o que gerava ciúmes e dissensões no seio da família. Como observa Saffioti,

A exigência da prestação de serviços sexuais, que o senhor fazia em relação à negra escrava, tornava-a, pois, simultaneamente *res* e pessoa humana. Transfigurava-se, assim, em processo de coisificação o papel que lhe cabia enquanto pessoa, e em criatura humana, a *coisa* (instrumento de trabalho). (1976, p. 164)

Numa rara aparição nas páginas do *Mentor*, uma velha escrava é flagrada no tronco, perto do oratório, sendo açoitada por sua senhora, ao que tudo indica, uma preta forra. Na passagem em questão, o autor elogia as brasileiras “verdadeiras”, aquelas que são frugais, rejeitam os estrangeirismos e buscam se elevar através da instrução. Ao mesmo tempo, critica com veemência a atitude tirânica de pais que determinam o futuro dos filhos; as mocinhas frívolas que apenas se ocupam de modas e namoricos; os rapazes ingênuos que palpitam sobre política sem conhecimento de causa; os padres hipócritas que, como os pais irresponsáveis, conduzem crianças e jovens ao “templo da virtude encarcerada”. Nesses vários exemplos de

comportamento indesejável, o autor percebe o esvaziamento dos valores de sua época:

E que tal, Leitores! Por huma parte rapazes ainda cheirando aos coeiros affirmão que se elles governassem haviaio fazer e acontecer, redundando tudo em huma bemaventurança de felicidades; e por outra hum hypocrita recrutando hum pobre anjinho, logo depois do baptizado, para o templo da virtude encarcerada! e há paisinhos tão *romanos*, que não descanção em quanto não obtem o consentimento d'huma filha ou filho para se *despegarem das coisas do mundo*, como se os conventos fossem cousa do céu! e para provar que não estamos em tempo de acreditar que nas clauzuras vegeta melhor a virtude, basta mencionar a resposta dada por huma preta velha que estava no tronco perto do oratório, recebendo chicotadas da Snra., também preta, por não querer entoar o terço – Sinhá, dice ella, gente preso não pode rezá direito! (*Mentor*, n. 125, 1832, p. 988-989)

O leitor ideal visado pelo jornal é a mulher branca da elite, paradigma da virtude que define a identidade nacional. Na hierarquia social de gênero, onde se situam também a preta forra e, logo abaixo, a escrava, observa-se que as exclusões são reproduzidas por esse discurso “patriótico”. A referência à ideologia cristã, esvaziada de seus valores humanísticos, anima o intento político do *Mentor* de propor um novo modelo de nação, livre dos ditames da Igreja. O discurso da escrava, por sua vez, denuncia, pela lógica da diferença cultural (aqui traduzida na estratégia de uma “civilidade dissimulada”, nos termos de Homi Bhabha), a barbárie da civilização cristã ocidental. As motivações por trás de seu discurso se ligam à necessidade de reaver para si a liberdade necessária à afirmação de sua condição humana, que o Estado e a Igreja lhe negam. Ao invocar a “virtude” da escrava, o *Mentor* não sublinha sua atitude como ato de resistência cultural, mas apropria-se de seu discurso aparentemente “anti-religioso” para subsidiar a proposta política de reforma social, necessária à consolidação de um Estado Constitucional independente e *laico*.

Um outro “fragmento” das margens é flagrado em uma breve transcrição da *Chronica de Wascon*. Nesta, em franco contraste com a ideologia das luzes e da razão que anima o discurso do jornal, a figura de uma mãe demente, em sua fantasmagoria, é alegórica da ruína soprada pelos ventos do progresso:

... Huma mulher de quarenta annos de idade apresentou-se em casa de hum cirurgião com hum menino de dous mezes pra que o desseccasse. O cirurgião conteve a indignação para ver até onde chegava a infâmia daquela mulher. Esta lhe declarou, que era tal a sua miséria, que a obrigava a vender o mais joven de seos filhos, e accrescentou, que se não fosse sufficiente a quantia que lhe desse por elle para remediar se, venderia também para o mesmo effeito a hum moço de treze annos, que tinha. O cirurgião a fez prender e conduzir ao tribunal de Polícia. Crê se que tal mulher estivesse demente. (*Mentor*, n. 120, 1832, p. 952).

A imagem inquietante dessa mãe degenerada só pode ocupar “as margens” do jornal, uma vez que perturba a lógica masculina da razão, da ordem, do progresso e do bom senso. O desatino encarnado no comportamento abjeto da mãe que comercia com os corpos dos próprios filhos esvazia a mística da maternidade propalada nas páginas do *Mentor*, na medida em que traz, em sua opacidade, a negação desse valor como garantia da cidadania – um comportamento que para a *doxa* corresponde à loucura, uma ameaça ao corpo da nação que deve ser contida pelos aparelhos repressivos de Estado, como de fato acontece.

O dissenso, expresso de forma direta ou indireta, está presente ainda nas cartas dirigidas à redação pelas leitoras do *Mentor*. Entre os diversos exemplos, encontra-se a mensagem de uma leitora que, contrariando os padrões da época, assina de próprio punho uma carta dirigida ao redator. Nela, após tecer comentários elogiosos às “liberaes instituições” e aos esforços patrióticos do *Mentor* em resgatar a mulher de seu estado de nulidade social, roga ao redator que transcreva não as suas opiniões, “mas as que em defesa do sexo amavel fornece a tão distincta, como eloqüente penna” de um certo *Mr. Thomaz*:

Se temos direito às virtudes, direi com este esclarecido Escriitor, porque não teremos igual direito ao elogio? a estima pública he de quem a sabe merecer; como pois roubar-se nos indistinctamente a sua doçura? ... vossa altiva vaidade incessantemente se occupa de encher a terra de estatuas, de mausoleos, e de inscrições, para procurar, se he possivel, eternisar vossos nomes, e viver ainda quando já não existir mais, vos nos condenareis à viver ignoradas? Vos quereis que o devido e hum eterno silencio seja a nossa partilha? Não sejais nossos tirannos em tudo; dai que nosso nome seja prensado algumas vezes fora do estreito recinto em que vivemos; soffrei que o reconhecimento; ou o amor o grave sobre o tumulo em que devem repousar nossas cinzas; e não nos priveis d’essa estima publica que depois da estima de nos mesmas he a mais doce recompensa do bem fazer. ... Perdoe, Sr. Redator, tanta impertinência, e creia que com particular estima sou de v.m. respeitadora e criada

*Maria Magdalena Felizarda de Mello*

(*Mentor*, n. 112, 1832, p. 884-885)

Marcado pela eloqüência, o discurso da leitora é também consciente dos limites e desafios que deve vencer, o que o faz apoiar-se nas idéias de Mr. Thomaz, portanto de um homem, a quem afinal se poderia imputar, sem maiores prejuízos, “tanta impertinência”.

### *Considerações Finais*

Nas vozes e imagens dissonantes aqui rastreadas percebemos a resistência feminina de distintas formas. Vimos que o discurso da moderação no trajar é elemento crucial no controle dos corpos femininos, pretensamente propensos ao excesso. Como



um sistema significante, a moda traduz uma “política dos corpos”, flagrada na medida em que o discurso sobre ela produz sentidos destinados ao reforço das diferenças sexuais, que por sua vez justificarão o *status* desigual conferido a homens e mulheres na esfera da cidadania. A crítica das mulheres à visão do jornal se faz pela avaliação do discurso político “masculino” segundo a lógica do discurso da moda, identificada como domínio feminino. Ainda que essa estratégia não ameace a divisão tradicional dos sexos, sua lógica não deixa de provocar um estranhamento, ao criticar, de forma criativa, os modos de exercício do poder implícitos no discurso dos homens sobre as mulheres, para expor sua parcialidade e, desta forma, ridicularizá-lo. Além disso, a reação contra a prescrição de moderação propalada pelo *Mentor* traduz a indisposição das mulheres a abrir mão de um domínio considerado “feminino”, um raro espaço de atuação pública por elas alcançado. Nessa mesma direção, o protesto silencioso contra o *Simplício*, encarnado no “presente” enviado à redação pela modista inconformada, demonstra modos de resistência não-discursiva, mas nem assim menos desconcertantes. No capricho que o gesto da referida leitora traduz lê-se a resistência silenciosa da mulher à tentativa de controle eloqüente dos homens sobre o corpo feminino ou sobre um domínio onde o arbítrio feminino poderia ser exercido com autonomia.

A presença sub-reptícia da escrava na arena pública evidencia um discurso de resistência dissimulada, que expõe as divisões no cerne do gênero feminino, determinadas pela lógica excludente da sociedade escravocrata. A diferença cultural no interior do gênero feminino se faz sentir pela recusa da escrava a adotar a prática cristã da sociedade branca a ela imposta por sua senhora de cor, uma contradição que seu discurso também expõe.

No espectro da resistência, a loucura surge como signo mais radical do não-lugar reservado frequentemente à mulher no início dos Oitocentos, denunciando os limites das propostas do discurso liberal. Já no gesto sutil de apropriação do discurso masculino, como aquele da leitora que se faz valer das palavras de Mr. Thomaz, articula-se a denúncia da discriminação sexual como moto da história, expondo as formas de exclusão, deslocamento e silenciamento da mulher na esfera pública encarnadas em estratégias de “memorialização” de que se valem os homens para perpetuar seu valor, garantindo para si o lugar exclusivo do poder na esfera pública e na memória cultural.

Finalmente, a busca por imagens e traços discursivos de resistência no *Mentor* aponta um quadro distinto daquele sugerido pela literatura a respeito da mulher oitocentista. Longe de serem indivíduos passivos, enclausurados na esfera doméstica ou mergulhados na ignorância e na pura inocência, as mulheres, em sua

heterogeneidade constitutiva, exibem reações que variam num amplo espectro, revelando a compreensão da condição própria e a tentativa de ultrapassar as inúmeras barreiras impostas à sua atuação na esfera pública.

### **Referências Bibliográficas**

- BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Trad. Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis e Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte : UFMG, 2001.
- BENJAMIN, Walter. Experiência e pobreza. In: *Obras Escolhidas. Magia e Técnica, Arte e Política*. Trad. Sergio Paulo Rouanet. São Paulo : Brasiliense, 1994, p. 114-119.
- DEL PRIORE, Mary (Org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo : Contexto, 1994.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro : Edições Graal, 1993.
- FRANCO, Jean. Sentido e sensualidade: notas sobre a formação nacional. In: *Tendências e Impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Heloísa Buarque de Hollanda (Org.). Rio de Janeiro : Rocco, 1994, p. 99-125.
- KANDIYOTI, Deniz. Identity and its discontents: women and the nation. In: *Colonial discourse and post-colonial theory: a reader*. Patrick Williams e Laura Chrisman (Orgs.), New York : Columbia University Press, 1994, p. 376-392.
- SAFFIOTI, Heleieth. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. Petrópolis: Vozes, 1979.
- SCHMIDT, Rita Terezinha. Mulheres reescrevendo a nação. *Revista de Estudos Feministas*. v. 8, n. 1, p. 84-97, 1º semestre 2000.
- SCOTT, Joan. Prefácio a Gender and Politics of History. *Cadernos Pagu*, n. 3, p. 11-27, 1994.
- VAINFAS, Ronaldo. *Trópico do Pecados : moral, sexualidade e Inquisição no Brasil*. Rio de Janeiro : Nova Fronteira, 1997.
- VERSIANI, Carlos et al. Mulher na América – visão empresarial. In: *Mulher – cinco séculos de desenvolvimento na América – Capítulo Brasil*. AUAD, Sylvia M. Von Atzingen Venturoli (Org.). Belo Horizonte : Federação Internacional de Mulheres da Carreira Jurídica, CREZ/MG, Centro Universitário Newton Paiva, IA/MG, 1999, p. 89-192.